

HISTÓRIA(S) DA **GALIZA**

1689-2024



HISTÓRIA(S) DA
GALIZA

1689-2024

HISTÓRIA(S) DA NOSSA GALIZA

A história de uma localidade, que as pedras dos edifícios mais antigos apenas revelam superficialmente, é feita dos sonhos concretizados, adiados ou falhados de todas as mulheres, homens e crianças que a habitaram ao longo dos séculos.

Os agricultores e canteiros da pequena aldeia da Galiza, já existente em 1689, não deixariam, assim, de pugnar pela obtenção dos melhoramentos que o presente constantemente exigiria, até à consolidação do território que hoje conhecemos, cuja história aqui se apresenta pela primeira vez.

Neste livro, que a Câmara Municipal de Cascais produziu com o inestimável apoio do ATL da Galiza, no âmbito da celebração do seu 40.º aniversário, evidencia-se a centenária resiliência de uma comunidade que soube sempre unir-se para ultrapassar as contrariedades, aprendendo a acolher e a integrar sem preconceitos todos os que aqui chegaram. Eis o ideal que a incansável Irmã Elvira Nadais soube tão bem personificar, quando, a partir da década de 70, protagonizou um imparável movimento de auxílio às famílias que residiam no problemático Bairro do Fim do Mundo. Ao projeto do Centro Social Nossa Senhora de Fátima, que fundou, associaram-se os esforços da Santa Casa da Misericórdia de Cascais e do Centro Paroquial do Estoril, que apoiariam a Câmara Municipal no processo de erradicação das barracas e reinstalação desta comunidade no Bairro Novo do Pinhal, coroado pela Igreja da Senhora da Boa Nova.

No âmbito das comemorações dos 50 anos da nossa Democracia, a recolha e a fixação dos documentos e das “estórias” que fazem a história da Galiza e conseqüentemente de Cascais honram os ideais da Revolução de 25 de Abril, desvendando o nosso passado coletivo em prol do reforço da identidade local e da partilha de informação junto de cidadãos cada vez mais preparados para participar na gestão do município.

O desenvolvimento do pensamento crítico tendo por base fontes fidedignas, o respeito pela diversidade cultural e o efetivo conhecimento dos direitos, mas também dos deveres para com a comunidade são, sem dúvida, as bases mais sólidas para a construção do futuro que desejamos.

Muito obrigado a todos os que continuam a trabalhar para que a nossa Galiza, mantendo a identidade, seja cada vez mais um exemplo de inclusão e de pluralidade!



Carlos Carreiras
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS



Galiza, 1778
[AHMCSC/AADL/JFES/B/015/001]

Ainda que a Galiza – cujo nome nos remete para a proveniência dos seus primeiros habitantes¹ – não seja mencionada na inquirição acerca da população da vila e termo de Cascais promovida em 1527 por D. João III no âmbito do Cadastro Geral do Reino², já consta, contudo, no *Prontuário das terras de Portugal*, concluído no ano de 1689.³ Em 1712, na *Corografia Portuguesa*, o Padre António Carvalho da Costa também regista o nome desta aldeia no texto sobre o concelho de Cascais⁴, que em 1747 o *Dicionário Geográfico*, do Padre Luís Cardoso, associa à paróquia de S. Vicente de Alcabideche, território «áspero e fragoso em muitas partes pela grande abundância de penedia», então considerado muito fértil, pois «as partes que se cultivam dão muito trigo e cevada, o que se vê manifestamente pelo dízimo que há neste lugar de Alcabideche, em que se recolhem todos os anos os dízimos do que se cultiva

em toda esta freguesia e em seis lugares mais do termo de Cascais, que em anos mais abundantes chegam a recolher de dízimos 90 até 100 moios de cevada e 40 ou 50 moios de trigo e pouco do mais género de pão».⁵

Nas respostas do Cura Fortunato Lopes de Oliveira ao inquérito acerca da paróquia de Alcabideche, no âmbito da prossecução da produção da obra do Padre Luís Cardoso, em 1758, três anos depois do terramoto que arrasou Cascais, anota-se que a Galiza – a quarta maior localidade da freguesia, depois de Manique, Alcabideche e Alcoitão – contava com 34 fogos e 102 habitantes, 55 dos quais eram homens e 47 mulheres. A ruralidade da região voltaria a ser realçada nesta Memória Paroquial, por se tratar de uma região que produzia essencialmente «trigos, cevadas e chícharos»⁶, ainda que, pelos vistos, em menor quantidade do que outrora.

No Mapa dos terrenos pertencentes aos lugares de Lapraia, Galiza e Estoril, de 1778, torna-se evidente a supremacia da Galiza num território consagrado à agricultura ao longo de gerações, mas que desde os finais do século XIX seria tomado por novas

1 CORREIA, J. Diogo - *Toponímia do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 1964. P. 39.

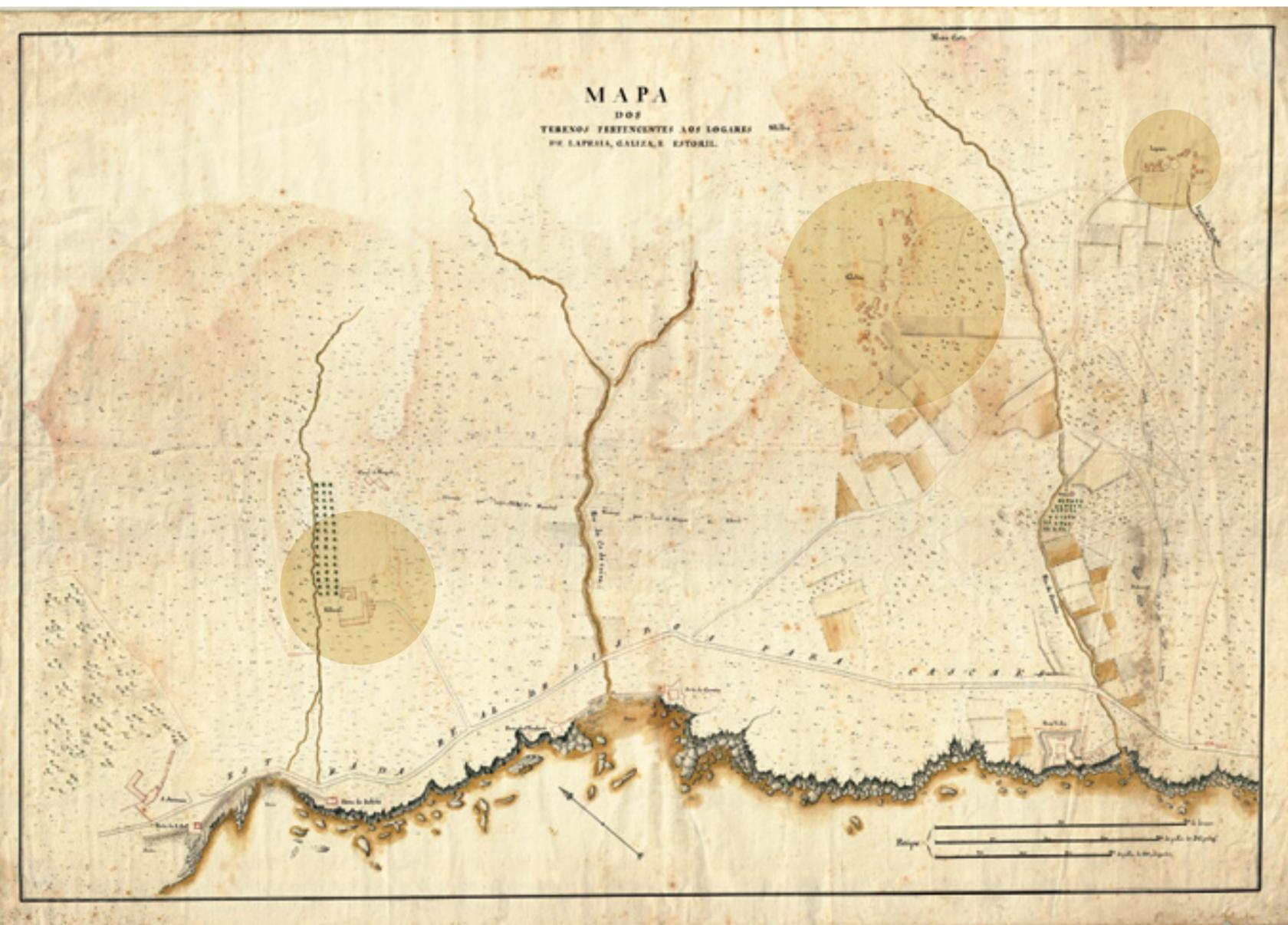
2 IAN-TT/Núcleo Antigo/293/FI. 57-58 v. Cf. DIAS, João José Alves - Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI: Aspetos demográficos. *Arquivo de Cascais: Boletim cultural do município*. Cascais: Câmara Municipal. N.º 6 (1987), p. 67-72.

3 MEIRELES, Vicente Ribeiro de - *Prontuário das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocam*, 1689, p. 236-237. Manuscrito preservado na Biblioteca do Exército.

4 COSTA, António Carvalho da, Padre - *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso Reino de Portugal, com as notícias das fundações das cidades, vilas e lugares que contém; varões ilustres, genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catálogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios e outras curiosas observações*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1712. Vol. III, p. 50.

5 CARDOSO, Luís, Padre - *Dicionário geográfico e notícia histórica de todas as cidades, vilas, lugares e aldeias, rios, ribeiras e serras dos reinos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras que neles se encontram, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Régia Oficina Silvana e da Academia Real, 1747. Vol. I, p. 124-125.

6 IAN-TT/Memórias Paroquiais/Paróquia de S. Vicente de Alcabideche/Resposta n.º 15.



Mapa dos terrenos pertencentes aos lugares de Lapraia, Galiza e Estoril, 1778
[AHMCSC/AADL/JFES/B/015/001]

construções, em função das termas e da praia, que marcaram a ascensão de S. João do Estoril e do novo Estoril. No último quartel do século XVIII era, assim, uma grande aldeia, com uma trintena de habitações, instalada numa área suficientemente alta para controlar as suas terras de cultivo e afastada do litoral, que ao longo dos séculos fora moldado pelo receio da invasão, pilhagem e destruição, como o atesta a fiada de fortificações marítimas dos séculos XVI e XVIII que se representa. Contando com um caminho até à «Estrada Real de Lisboa para Cascais»⁷, era abastecida pelo «Rio da Carreira», em cuja margem esquerda se encontrava a aldeia de «Lapraia», com 14 fogos ao longo da Rua das Grutas e do atual Largo Padre Eugénio Jalhay. O documento atesta, ainda, a exploração de pedreiras nas imediações deste curso de água.

Os processos de aforamento que abundam nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Cascais e da Câmara Municipal de Cascais constituem as fontes mais preciosas para o estudo da evolução da localidade. Desta forma, em 1744 a irmandade aforaria um terreno a Marcos Gaspar e a Antónia Luísa, moradores na Galiza, aos quais cumpria a entrega anual de 17 alqueires de trigo, 15 de cevada e um «frango de pitação»; em 1750 alocar-se-ia a Manuel Álvares uma vinha nesta aldeia⁸; e em 1755 António Francisco Carreira, que também aí resi-

dia, tomaria «um quintal com suas sepeiras [vinhas] e figueiras, todo murado» pelo foro anual de 500 réis e um frango.⁹ Deparamo-nos ainda, em 1764, com uma carta de arrematação cível a favor de António Lopes, da Galiza¹⁰; com documentação relativa ao aforamento de uma propriedade no «sítio da Milha, lugar da Galiza», de que «era senhoria direta a Câmara Municipal de Cascais»¹¹ e com uma carta de sentença cível de aforamento de terreno municipal, por António Lopes, oficial de moleiro, morador nesta aldeia.¹² Destaque-se, por fim, o processo de aforamento de uma outra «vinha na Galiza», propriedade do município, no ano de 1780¹³; o auto de ratificação da posse de um foro da Santa Casa imposto num casal na Galiza, em 1790¹⁴; os autos cíveis de aforamento de um pinhal municipal no sítio da Milha, tendo Domingos António Pires, da Galiza, como enfiteuta, no ano de 1810¹⁵ e o aforamento de «dois serrados e quatro terras» da Santa Casa a Filipe José da Silva e Perpétua Rosa, moradores no lugar do Murtal, nos limites da Galiza e Alapraia, com o foro anual de 800\$000 réis e uma «galinha de pitação», em 1823.¹⁶ A cartografia da época mostra-nos um concelho pontilhado de aldeias que, com exceção de Cascais, parecia virar as costas ao oceano para se dedicar à agricultura.

7 O documento, adquirido por António Capucho, seria doado à Junta de Freguesia do Estoril, que o depositou no Arquivo Histórico Municipal de Cascais. Cf. AHMCSC/AADL/JFES/B/015/001 e CARDOSO, Guilherme - Mapa setecentista do Estoril, Galiza, São João do Estoril e Alapraia. *Arquivo de Cascais: Boletim cultural do município*. N.º 12 (1996), p. 190-116.

8 AHMCSC/AECL/SCMC/E/007/001/166/121.

9 AHMCSC/AECL/SCMC/E/007/001/169/180.

10 AHMCSC/AECL/SCMC/B/005/108/015.

11 AHMCSC/AADL/CMC/D/007/001/011.

12 AHMCSC/AADL/CMC/D/007/001/012.

13 AHMCSC/AADL/CMC/D/007/002/022.

14 AHMCSC/AECL/SCMC/B/006/068/021.

15 AHMCSC/AADL/CMC/D/007/992/057.

16 AHMCSC/AECL/SCMC/E/007/014/260.

Nº 24
 Nº 33
 Manuel Alvaras, que possui
 huma vinha s'ita no Condo de Luza
 que da Galiza que veio a esta Santa
 Casa pela via natural que foi a
 Exortada de Vila Rica
 Não se sabe quanto paga de
 Juro por nos haver de pagar nem
 a parte de Juro formal he por certo
 a averiguar isto
 O Sr. Juiz de Fora de Santa
 Casa e Juiz de Fora

Por Descriptura de 24 de Dezembro de 1757, outorgada nos
 Actos de deliberação foy Candido de Lima Raposo, outorgada
 neste foy e reconhecida e habida devida a Santa Casa, foy
 quem deu de lugar de Fora. — O foy he foy de

Nº 19
 Galiza
 Maria Francisca Carneira
 Possui humo quintal com duas s'epas
 e s'epas e s'epas, todo murado e s'ita
 na s'ita de Vila Rica. — O foy de
 foy de Vila Rica, e foy de Vila Rica
 O Sr. Juiz de Fora de Santa
 Casa e Juiz de Fora
 Deve reconhecer
 João Antº de Galiza

Processos de aforamento na Galiza, 1750-55
 [AHMCS/ AECL/SCMC/E/007-001/166/121 e 169/180]



Cascais, 1821
 [IGP/CA 120]

Desta forma, ainda que de natureza geológica diversa, os terrenos, quando cultivados, geravam searas apreciáveis, «como o prova o facto de eles produzirem razoavelmente, mal trabalhados, com um arado rudimentar e sem estrumes ou quase logo que o ano corra favorável, isto é, logo que não escasseie muito a humidade»¹⁷, o que era habitual, pois a maioria das ribeiras secava no verão.

A lavoura era de baixo rendimento e técnica e tecnologicamente deficitária, pelo que a produção não supria sequer as necessidades de consumo internas. Na realidade, nem mesmo a lavra do trigo, a mais relevante

do concelho, satisfazia a procura, o mesmo sucedendo com a da cevada, de produção menos significativa, porque cultivada em terrenos de qualidade inferior, para ração. Também o milho era considerado secundário, à semelhança de outras culturas tradicionais, casos da aveia, do centeio e da fava. Escasseavam igualmente as hortas, por necessitarem de muita água, sendo sobretudo instaladas nas quintas, perto dos vales mais frescos e junto a terras abastecidas por ribeiras ou servidas por poços, tal como os pomares, em que se encontravam oliveiras, figueiras, pessegueiros, pereiras, amendoeiras, nogueiras, alperceiros, romãzeiras, abrunheiros, macieiras, laranjeiras, tangerineiras, limoeiros e nespereiras.

¹⁷ COUTINHO, Martinho de França Pereira - *A cultura no concelho de Cascais*. Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária. Lisboa: Tipografia e Litografia de A. E. Barata, 1900. P. 22.

A vinha impor-se-ia como uma das culturas mais emblemáticas do concelho, pela fama do vinho de Carcavelos, cuja produção se concentrava «nas colinas suaves ou *lombos*, que se estendem próximos do mar, junto ao lugar de Carcavelos, mas [também], numa área mais extensa, [...] junto aos lugares da Parede, Murtal, Livramento e Galiza».¹⁸ Foi fortemente afetada pelo oídio, que, detetado em Portugal ainda em 1852, causou avultados estragos nos seis anos seguintes. Na verdade, «os vinhedos de Carcavelos, e mais em geral os de todo o concelho, sofreram um ataque tão forte, que o desânimo se apossou de grande número de proprietários, que deixaram perder por completo ou mesmo arrancaram as suas vinhas».¹⁹

Também a filoxera, que «foi vista pela primeira vez, há uns quinze anos [1885], numa pequena vinha situada na encosta para o mar, próximo à estrada de Cascais, entre os lugares da Parede e Murtal»²⁰, fustigou esta cultura, «destruindo por completo muitas vinhas e deixando a quase totalidade das restantes vinhas antigas [...] mais ou menos enfraquecidas e ameaçadas de morte próxima».²¹ Procedeu-se desde então à replantação com videiras americanas, que o míldio não poupou em 1893, «secando quase toda a parra da vinha e

deteriorando a colheita [...] não só na quantidade, como na qualidade».²² Em 1900 já se estimava, contudo, um aumento da produção, ainda que se advogasse uma seleção mais escrupulosa dos garfos, castas e cepas.

Num concelho em que «a grande propriedade não existe [...] e a mediana é, pode-se dizer, rara; a divisão do terreno em algumas partes vai tão longe que melhor diríamos a propriedade estar aí pulverizada do que dividida».²³ A explicação encontra-se no elevado custo dos terrenos, fenómeno a que importaria associar o crescimento populacional e o surto de construção civil do último quartel do século XIX, que conduziram ao triunfo da pequena propriedade. Esta, apesar de menos lucrativa, era cuidadosamente tratada, enquanto as de maiores dimensões se ressentiam da carência de mão-de-obra, sobretudo nos momentos em que os pequenos proprietários se dedicavam às inadiáveis tarefas do cultivo da sua parcela de terra. Deste modo, os responsáveis pelas médias e grandes propriedades viam-se forçados a recorrer à contratação de mão-de-obra externa ou a proceder aos granjeios fora de época, o que implicava diminuições consideráveis ao nível da produção e dos lucros.

18 IDEM - *Ibidem*. P. 64. Predominavam as castas brancas, de entre a quais se destacava o galego dourado.

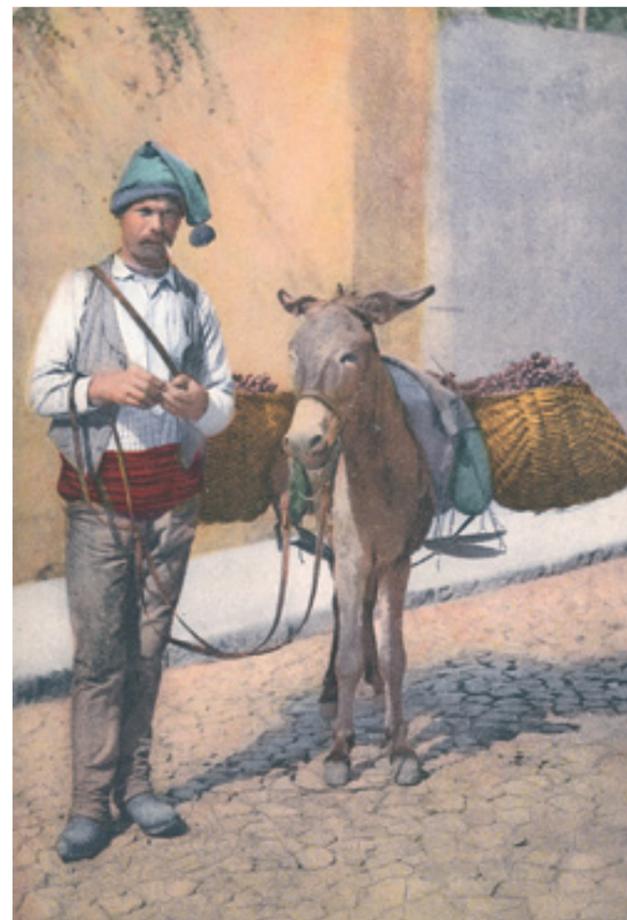
19 IDEM - *Ibidem*. P. 65.

20 IDEM - *Ibidem*. P. 76.

21 IDEM - *Ibidem*. P. 76.

22 IDEM - *Ibidem*. P. 75.

23 IDEM - *Ibidem*. P. 27.



Saloios, c. 1900
[AHMCSC/AESP/CMBP/612 e 622]



À atividade agrícola associa-se a figura do saloio, com fortíssima implantação nas freguesias de Alcabideche e de S. Domingos de Rana, que representavam a maior extensão rural do concelho. Por saloio entende-se genericamente o camponês que, arriegado à terra há gerações, se encontrava no termo de Lisboa aquando da sua conquista por D. Afonso Henriques e que desenvolveria uma cultura própria. Foi, assim, o herdeiro da tradição árabe do amanho da terra, de que se viria a afastar em meados do século XIX, em função do surto de desenvolvimento do litoral, para passar a dedicar-se sobretudo à construção civil ou a servir nas casas mais abastadas.



Casa térrea - Vivenda Joaquim Pedro, Rua da Galiza, 2023
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/001]



Casa de dois pisos - Vivenda Madalena, Rua da Galiza, 2023
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/003]



Casa térrea, Rua do Moinho, 2023, cujo projeto se reproduz na p. 37
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/002]

A arquitetura popular que ainda hoje se preserva, nomeadamente na Galiza, constitui um testemunho da presença e influência dos saloios. Estas casas de um ou dois pisos ou torreadas, solidamente erguidas em alvenaria de pedra com argamassa de cal e saibro, eram quase sempre caiadas num branco alvo e pontuadas nos cunhais, socos e vãos com barras de cor azul, amarela, vermelho (sangue-de-boi) ou mesmo cinza. Apresentavam uma volumetria cúbica, rematada por telhados mouriscos, de duas ou quatro águas, de beirado simples ou duplo e telhas de meia cana cuidadosamente argamassadas.



Casa de dois pisos, Rua do Moinho, 2023
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/004]



Casa de dois pisos corridos com implantação em contexto urbano - Vivenda Rosa, Rua D. Filipa de Vilhena, 2023
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/005]



Casa de dois pisos, adaptada a contexto urbano. Portão de acesso a pátio com vãos de pedra. Argola em ferro para amarração de animais no exterior de casa - Vivenda Quirina, Rua Fernão Vasques, 2023
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/007, 008 e 009]



Casa de dois pisos corridos, Rua D. Filipa de Vilhena, 2023
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/006]



Aspetto de chaminé de forno de uma antiga habitação saloia, Rua da Galiza, 2023
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/010]

Também a extração e preparação da pedra ocupava parte substancial da população, «não só em virtude da quantidade de calcários, pois é da mais abundante do país, como também [...] da sua tão ampla variedade»²⁴, erigindo os canteiros como uma das principais forças de trabalho do concelho ao longo de gerações. Em 1873, as pedreiras mais importantes eram as da Cruz d'El-Rei, Cai-Água, Parede, Tires, S. Domingos de Rana, Conceição da Abóboda, Abóboda, Fisgas, Murtal e Manique. Já entre as pedras mais afamadas se destacavam o denominado mármore apinhado de Cascais, cor de mel e com muitos fragmentos de conchas; o mármore busano ou o resistente mármore bastardo, acinzentado, com manchas roxas e brancas.²⁵

A arte dos canteiros da Galiza eternizar-se-ia, por exemplo, nas torres sineiras da Igreja dos Navegantes, em Cascais, trabalho que D. António de Castelo Branco registou em fotografia nos anos 40 do século pas-

sado. A mestria necessária para dar forma a um bloco irregular de pedra cristaliza um saber transmitido ao longo de gerações. Orientado pelo princípio de que numa pedra o que se tira não se pode repor, exige trabalho duro na fase do aparelhamento, mas delicado no acabamento. A utilização prolongada dos escopros e badames deixava uma calosidade na parte superior do dedo mindinho, que era exibido por estes profissionais com orgulho!

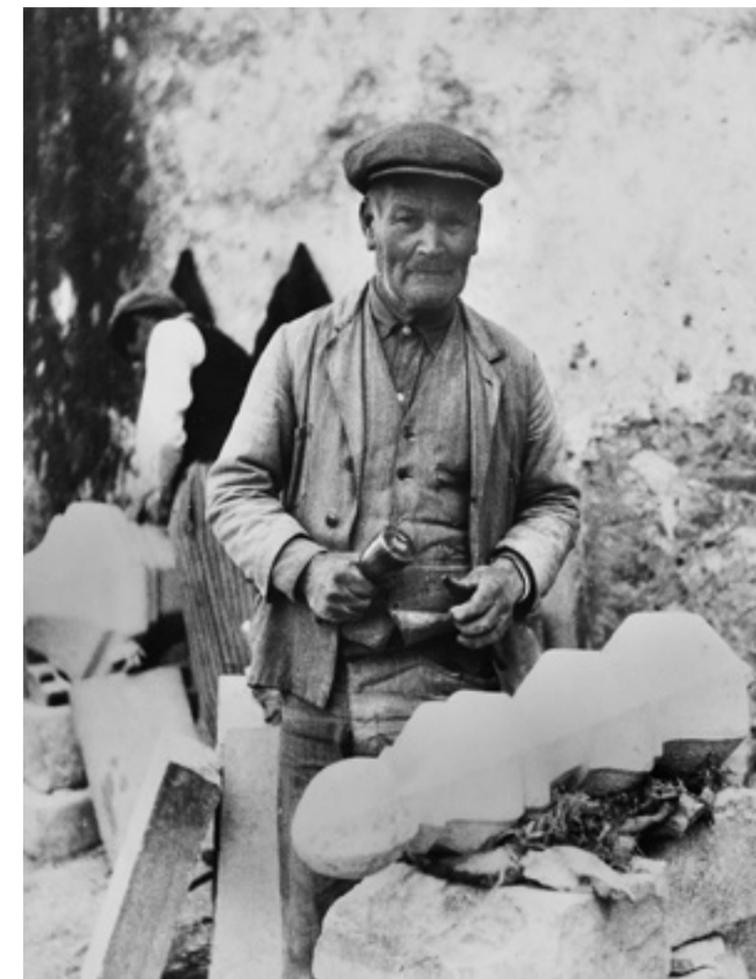
O recenseamento eleitoral de 1842, o mais antigo que se conserva no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, confirma a relevância das profissões associadas à extração e preparação da pedra e à agricultura entre os eleitores nascidos na Galiza: os canteiros João Francisco Meca, Manuel de Figueiredo e Tomás de Aquino, o proprietário Henrique de Figueiredo, o fazendeiro Arsénio da Silva e o ferrador Joaquim Pires.²⁶ Já no recenseamento de 1870 entre os residentes na Galiza constam 11 canteiros, 2 lavradores e 1 trabalhador rural.²⁷

²⁴ IDEM - *Ibidem*. P. 23. Pedro Barruncho aponta que em 1873 se encontravam em laboração 26 pedreiras, que desde 1868 haviam produzido cerca de 7 324 carradas. Cf. BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas - *Apontamentos para a história da vila e concelho de Cascais*. Lisboa: Tipografia Universal, 1873. P. 69.

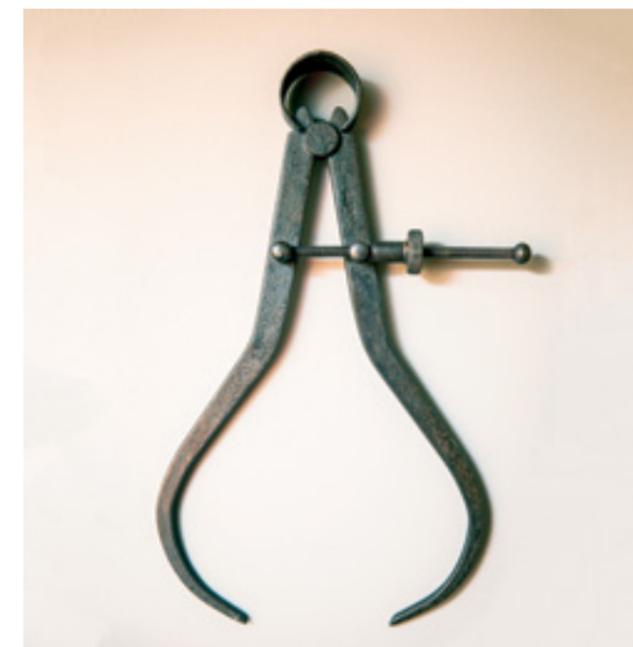
²⁵ A riqueza do subsolo da Galiza seria igualmente atestada a 27 de junho de 1904, ao lançar-se no livro de registo de minas da Câmara Municipal de Cascais a inscrição de «uma mina de petróleo, asfalto e outros minerais» descoberta no Pinhal da Milha, por inspeção da superfície, pela Sociedade Exploradora das Regiões Petrolíferas de Portugal, Ld.ª. AHMCSC/AADL/CMC/K/009/001/003.

²⁶ AHMCSC/AADL/CMC/G/001/001/001.

²⁷ AHMCSC/AADL/CMC/G/001/002/005.



Canteiros da Galiza lapidando blocos de lioz branco da região, com maceta e escopro de dentes, para a produção da cruz e de um pináculo da Igreja dos Navegantes, c. 1940 [Arquivo Guilherme Cardoso]



As cantarias eram executadas com macetas, escopros de dentes ou lisos, ponteiros, picões, escodas de dentes ou lisas, bojardões e bojardas e outras ferramentas, como as que se preservam no Centro de Interpretação do Espaço Rural de Cascais, instalado no Casal Saloio de Outeiro de Polima
Guilhos | E.5007, E.5025 e E.2004.05 — Escoda | EAC.014 — Maço | EAC.019
Escopros lisos | E.554.04, E.619.04, E.5012, E.5014, E.5015 e E.553.04
Compasso de atracar | EAC.020



Encanamento da ribeira e vestígios de nora e tanque da Quinta da Carreira, 2023
[AHMCSC/AFTG/CFC/004/003/011, 012 e 013]

Em 1873, Pedro Barruncho referir-se-ia da seguinte forma à Quinta da Carreira, na Galiza, que António José Marques Leal então modernizou:

«Encontra-se este lugar a quatro quilómetros de Cascais, à direita da estrada indo de Lisboa, e sendo, ainda, há bem pouco tempo, sítio pobre e estéril, é hoje uma espécie de colónia, já notável e cujo progressivo engrandecimento tudo anuncia.

O Sr. Leal comprou o grande casal e quinta que ali possui o falecido desembargador Alexandre de Gamboa Loureiro, propriedade denominada Casal e Quinta da Carreira. [...] Ali plantou mais de oitenta mil bacelos; construiu duas excelentes estradas, todas arborizadas de um e outro lado, que vêm entroncar na Estrada

Real; edificou uma bela casa de habitação; procurou e descobriu água em diversos pontos; fez um tanque de trinta e três metros de comprido e dezanove de largo e um outro para uso do público; o único e mau poço que fornecia o lugar tornou-o ótimo e elegante; construiu abegoarias, celeiros, acomodações para caseiros e gados, grandes pátios e telheiros com redes à maneira do Alentejo; estrumeiras segundo o sistema inglês; tudo grandiosamente feito.

Imagine-se o cabedal despendido nestas obras e na parte rústica, quando é certo que as quintas e vinhas que hoje ali admiramos estão sobre a rocha e pedreiras que a indomável vontade do Sr. Leal tem feito quebrar e reduzir a ótimos terrenos de cultura, tudo à custa de enorme trabalho. Há vinhas em que, feita a conta a toda



a despesa, saiu cada bacelo por 300 réis! Mas, em justa compensação, o Sr. Leal terá em pouco tempo uma das mais lindas e rendosas propriedades do país, além da especialidade dos produtos. As vinhas são quase todas de Diagalves e Boal, dando magnífico vinho que pode rivalizar com o do Douro e já antigamente os ingleses procuravam muito o vinho deste sítio da Galiza e dos cabeços do Estoril, locais onde se colhe o melhor do concelho. As plantações que o Sr. Leal tem feito e vai fazendo devem dar-lhe brevemente cem pipas de vinho. De trigo há colhido nove e dez sementes, tal é a bondade desse terreno que ainda há dois anos era pedreira!»²⁸.

²⁸ BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas - *Op. cit.* P. 153-155.

Reafirmava-se, assim, o potencial agrícola, nomeadamente vitivinícola, da Galiza, que seria enfatizado aquando da inauguração do ramal ferroviário, a 30 de setembro de 1889, com a edificação, na Parede, do apeadeiro de Parede-Galiza, não obstante a distância que separava as duas localidades, num período em que a paragem seguinte era a do Estoril.²⁹

Esta situação apenas se alteraria a partir de 1890, no seguimento da fundação oficial de S. João do Estoril, de que resultaria, quatro anos depois, a construção de um apeadeiro nesta nova localidade, que também passou a servir a Galiza.



Apeadeiro da Parede, 1889
[AHMCSC/AESP/CJSF/D/010]



Apeadeiro de S. João do Estoril, 1924
[AHMCSC/AESP/CMBP/476]

²⁹ «Parede-Galiza» funde-se também na história da rádio em Portugal. Apesar de oficialmente inaugurado a 18 de fevereiro de 1934, o Rádio Clube Português seria, na verdade, fundado na Parede, pelo Capitão Jorge Botelho Moniz, em 1928, ano em que, com Alberto Lima Basto, instalou em sua casa uma estação amadora que viria a ser conhecida no final de 1930 como Emissora do Estado Livre da Parede e Galiza e estaria na origem da Rádio Parede e, em 1931, do Rádio Clube da Costa do Sol. Cf. RIBEIRO, Nelson - *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945*. [S.l.]: Bond/Quimera Editores, 2005. P. 99.

À entrada do século XX, o ciclo de desenvolvimento que tomou o concelho em função da moda dos banhos de mar e do turismo também chegou à Galiza, cuja população começaria a reivindicar a introdução de diversos melhoramentos, nomeadamente ao nível da salubridade, do abastecimento de água, da rede viária e da iluminação pública. Neste contexto, a 18 de agosto de 1898, a Câmara Municipal de Cascais recebeu um ofício da Administração do Concelho solicitando a tomada de providências acerca da limpeza da fonte da Galiza³⁰, situação que se agravaria, como o atesta a receção, a 25 de novembro de 1901, de uma carta do Dr. Leotte Ayet du Perier informando-a da existência de casos de febre tifoide na localidade e solicitando a limpeza do poço e a renovação do depósito de água.³¹ O fornecimento do precioso líquido em quantidade e com a qualidade desejada seria, como teremos a oportunidade de avaliar, um dos maiores desafios da comunidade, ainda que a 3 de maio de 1899, mercê do desenvolvimento das povoações do Monte Estoril à Galiza, a Câmara Municipal tivesse decidido conceder por 40 anos a Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos o exclusivo do abastecimento à região.

Em 1900, Martinho da França Pereira Coutinho referir-se-ia à insuficiência e mau estado da rede viária municipal, uma vez que «os lugares que não têm entre si comunicação por meio de estradas fazem uso de atalhos e azinhagas tortuosas e de piso mais ou menos irregular», que embora não pudessem «dar lugar ao trânsito de toda a espécie de veículos [...] circulavam sem maior dificuldade os carros de bois, pesados e grosseiros, usados no concelho».³² A 5 de novembro

de 1899, o *Correio de Cascais* anotaria que «está intransitável a serventia do lugar da Galiza para o apeadeiro de S. João do Estoril», solicitando à Câmara Municipal «que a mande reparar, como por mais de uma vez tem prometido»³³, o que parece apenas ter acontecido a 19 de fevereiro de 1902, data em que o empreiteiro Francisco André Arraia comunicou ao município a conclusão dos trabalhos³⁴ e se reforçou a expressão «Quatro Estradas», ou seja, o cruzamento das estradas para a Galiza, Alapraia, Estoril e S. João do Estoril. Já 9 de janeiro do ano seguinte se receberia correspondência da Comissão Distrital de Lisboa acerca do projeto de ligação da Estrada Municipal da Galiza e Murtal ao Livramento.³⁵

Depois da implantação da República, a 5 de outubro de 1910, suceder-se-iam os abaixo-assinados de moradores da Galiza, que a 25 de dezembro de 1911 solicitaram a introdução da iluminação pública a gás.³⁶ Já a 11 de agosto do ano seguinte, *A voz do povo* noticiava que «começaram nesta localidade as obras da canalização do gás, há tanto tempo reclamada. Eram dois melhoramentos que esta terra sempre ambicionou e a que tinha jus – gás e água – e hoje, com a boa vontade, que é por todos reconhecida, na atual Comissão Administrativa, têm quase todas as localidades do concelho sido atendidas nas suas reclamações».³⁷ O projeto concretizar-se-ia em outubro, de acordo com a informação remetida à Câmara Municipal de Cascais pela Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade.³⁸

³³ *Correio de Cascais*. 5 de novembro de 1899.

³⁴ AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/058/043.

³⁵ AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/059/003.

³⁶ AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/070/614.

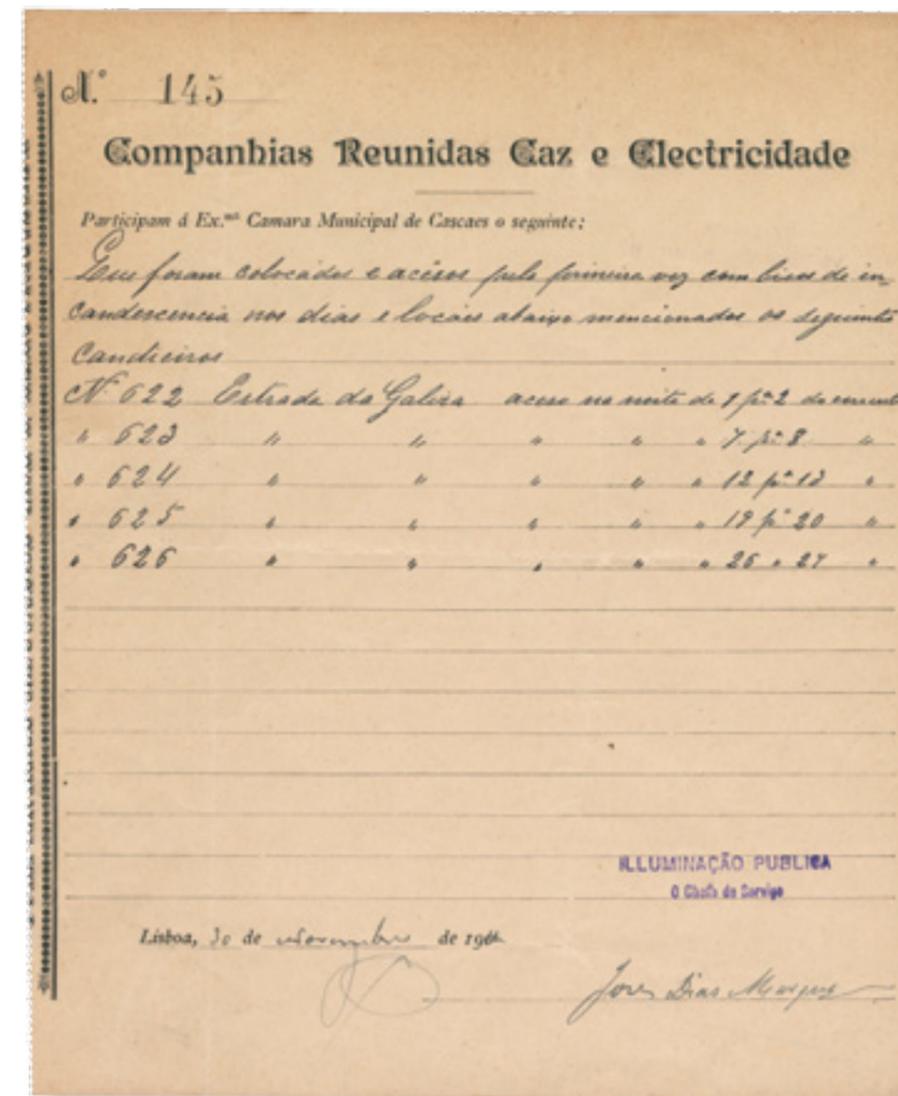
³⁷ *A voz do povo*. 11 de agosto de 1912.

³⁸ AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/072/422; 073/077 e 073/185.

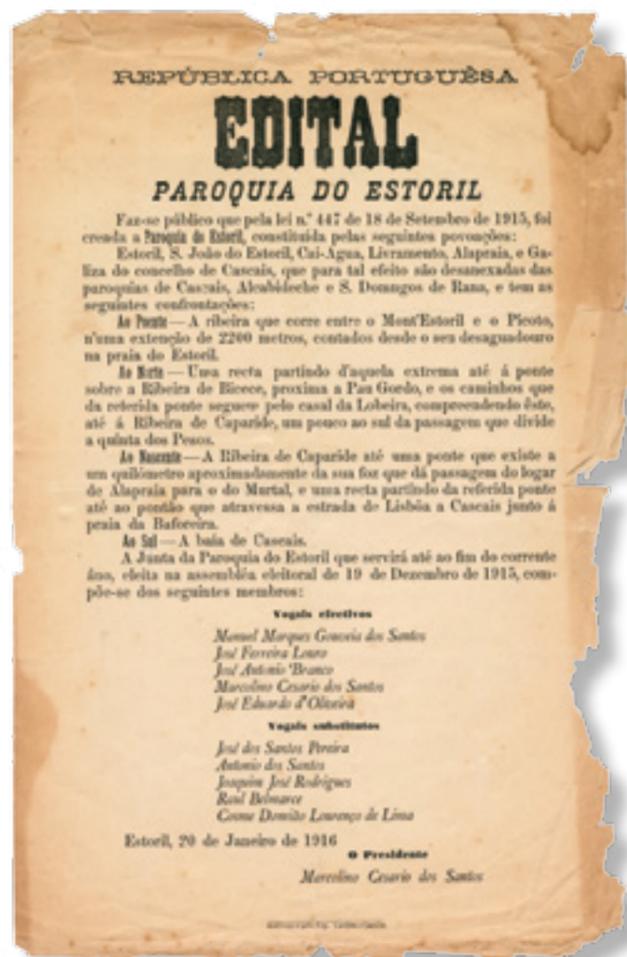
³⁰ AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/054/142.

³¹ AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/057/221.

³² COUTINHO, Martinho de França Pereira - *Op. cit.* P. 14.



Participação enviada à Câmara Municipal de Cascais pela Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade acerca da introdução da iluminação pública na Galiza, 1912 [AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/073/185]



Editais sobre a criação da paróquia do Estoril, 1916
[AHMCSC/AADL/JFSDR/B/007/007]

A 26 de fevereiro de 1912, os habitantes da Galiza, associando-se a moradores e proprietários do Murtal, Caparide, Alapraia e Livramento, também pediriam a reparação da estrada que atravessava estes lugares, prontificando-se a doar as faixas de terreno necessárias para o alargamento e até dinheiro e dias de trabalho para a sua concretização.³⁹ Já a 1 de maio do ano seguinte nos deparamos com um abaixo-assinado acerca do estabelecimento de uma cooperativa entre 30 residentes da localidade.⁴⁰ Este projeto estaria na base de uma disputa com os comerciantes da terra, vindo a noticiar-se n'*A pátria livre*, a 15 de junho, que «não passa apenas de um grupo de habitantes do mesmo lugar, trabalhadores honrados que não estavam resolvidos a continuar por mais tempo sujeitos ao que os senhores comerciantes da mesma localidade lhes queriam vender. E assim reunidos, como uma só família, resolveram comprar a uma comercial do lugar de Cai-Água o vinho suficiente para o seu consumo, o qual é dividido por todos os associados em proporções equitativas ao seu consumo. E animados como estão, embora com falta de prática, em breve farão compra de outros géneros alimentícios, transformando o pequeno lugar da Galiza numa pequena “comuna”, com o que só teremos de os felicitar».⁴¹

39 AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/071/053.

40 AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/074/110.

41 *A pátria livre*. 15 de junho de 1913. Cf. AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/074/010.

De acordo com o censo populacional de 1911, a Galiza contava com 225 habitantes, instalados em 56 fogos, razão pela qual era a sétima localidade mais populosa da freguesia de Alcabideche, depois de Alcabideche, Manique, Malveira, Bicesse, S. João do Estoril e Monte Estoril.⁴² O recenseamento eleitoral de 1913, quando comparado com o de 1870, atesta a profunda alteração da sua composição social, identificando-se entre os eleitores residentes na Galiza 2 trabalhadores rurais, 1 proprietário, 1 pedreiro, 1 carpinteiro, 1 serralheiro, 1 pintor, 1 sapateiro, 1 solicitador e 1 empregado do Juízo de Paz.⁴³ Todavia, pela Lei n.º 447, de 18 de setembro de 1915, a Galiza seria integrada na freguesia do Estoril, com sede em S. João do Estoril, composta pelas «povoações do Estoril, S. João do Estoril, Cai-Água, Livramento, Alapraia e Galiza, do concelho de Cascais, que, para tal efeito, são desanexadas das paróquias de Cascais, Alcabideche e S. Domingos de Rana»⁴⁴ e cujos limites foram fixados por edital de 20 de janeiro do ano seguinte, da seguinte forma:

«Ao poente - A ribeira que corre entre o Monte Estoril e o Picoto, numa extensão de 2 200 metros, contados desde o seu desagadouro na Praia do Estoril. Ao norte - Uma reta partindo daquela extrema até à

42 Cf. Ministério das Finanças: Direção Geral da Estatística - *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

43 AHMCSC/AADL/CMC/G/001/007/024.

44 *Diário do Governo* (I série). 18 de setembro de 1915.

ponte sobre a Ribeira de Bicesse, próxima a Pau Gordo, e os caminhos que da referida ponte seguem pelo Casal da Lobeira, compreendendo este, até à Ribeira de Caparide, um pouco ao sul da passagem que divide a Quinta dos Pesos. Ao nascente - A Ribeira de Caparide até uma ponte que existe a um quilómetro aproximadamente da sua foz que dá passagem do lugar de Alapraia para o do Murtal e uma reta partindo da referida ponte até ao pontão que atravessa a estrada de Lisboa a Cascais junto à Praia da Bafureira. Ao Sul - A Baía de Cascais».⁴⁵

Entre 1912 e 1916, a Câmara Municipal de Cascais custeou a produção de uma carta topográfica e cadastral do concelho que cobre sobretudo as localidades do litoral e alguns territórios adjacentes. Felizmente a Galiza está representada e conta com quatro plantas terminadas, que devido à escassez de recursos foram sendo atualizadas até cerca de 1930, com desenhos das novas construções. Estas são algumas das plantas mais recentes do conjunto de 97 que formava a Carta Topográfica e Cadastral de Cascais, pois ainda a 11 de fevereiro de 1916 a Câmara Municipal receberia uma carta de Júlio da Silva Costa informando-a de que estava prestes a entregar as plantas da Galiza e solicitando o pagamento de 219\$00.

45 AHMCSC/AADL/JFSR/B/003/008/008.